

ROSÂNGELA MARIA CESCA POSSAMAI

## **A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO SUDOESTE DO PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Sônia Fátima Schwendler

Co-orientador:  
Prof. Dr. Carlos Antônio Bonamigo

CURITIBA

2007

Quero a utopia, quero tudo e mais  
Quero a felicidade nos olhos de um pai  
Quero a alegria muita gente feliz  
Quero que a justiça reine em meu país  
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão  
Quero ser amizade, quero amor, prazer  
Quero nossa cidade sempre ensolarada  
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver  
São José da Costa Rica, coração civil  
Me inspire no meu sonho de amor Brasil  
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real  
Bom sonhar coisas boas que o homem faz  
E esperar pelos frutos no quintal  
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?  
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que  
Sabe ter  
Assim dizendo a minha utopia  
Eu vou levando a vida, eu vou viver bem melhor.  
Doido pra ver o meu sonho teimoso um dia se realizar  
E Eu viver bem melhor

Milton Nascimento - Coração Civil

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro momento, a Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, pelo ensinamento de luta e garra, principalmente a honestidade da busca dos ideais.

Ao Edson, amigo, companheiro, das horas difíceis, pois soube ser pai e mãe com a nossa filha nas minhas ausências devido aos estudos; pela sua perseverança no trabalho, em prol de nossa sobrevivência, aos incentivos e apoio que recebi de algumas pessoas da minha família e de amigos nesta caminhada.

À Isadora, nossa filha, que com apenas três anos de idade soube enfrentar a minha ausência é compreendê-la.

Agradeço aos professores, colegas da turma pela compreensão e apoio, pois souberam entender as minhas dificuldades e ajudaram-me a superá-las; só assim foi possível a conclusão do curso.

Ao Carlos Antonio Bonamigo, professor de graduação que me mostrou a importância de buscar aquilo que realmente sonhamos. E, principalmente à minha orientadora Sônia Fátima Schwendler, por suas palavras de apoio, incentivo e pelos seus ensinamentos.

## DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada, em especial à minha Orientadora Professora Sônia Fátima Schwendler. Aos meus pais, Ernesto Cesca e Amada Cesca, pelo ensinamento da perseverança e transformação social. Ao Edson Paulo Possamai, pela força para continuar este estudo e concluí-lo; aos meus sogros Inês Longo Possamai e Ilto Possamai, pelo apoio e o cuidado com a Isadora durante minhas ausências.

Às mulheres e homens que lutaram e lutam pela ruptura da cultura machista e estão construindo um novo caminho, mostrando a importância da mulher para a soberania social e lutam por uma sociedade melhor, com dignidade e igualdade para homens e mulheres, perpassando a vida de ambos pela busca de justiça social.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de formação da identidade política das mulheres na região sudoeste do Paraná, a partir das ações e dos vínculos com os movimentos sociais de Francisco Beltrão-PR. Buscou-se verificar e entender como ocorreu a inserção das mulheres na organização na perspectiva da formação e da conquista dos direitos. Este estudo, que se configurou como pesquisa qualitativa numa abordagem do materialismo histórico-dialético, a partir do caráter investigativo bibliográfico e empírico, proporcionou analisar os avanços na formação política das mulheres camponesas, expressos na continuidade de sua presença ativa nas lutas sociais da classe trabalhadora. Constatou-se o vínculo orgânico com a pedagogia dos movimentos sociais através de uma prática de articulação entre uma política de desenvolvimento sustentável, o resgate e a constituição de novas relações culturais e mudanças na estrutura sócio-econômica e cultural. Verificou-se, ainda, que muitas mulheres agricultoras que, inicialmente, lutaram apenas pelos direitos à organização buscam, atualmente, atender em suas iniciativas de luta as demandas provenientes da luta camponesa.

Palavras-chaves: mulher; lutas; direitos; resistências, identidade, gênero.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CUT	Central Única dos Trabalhadores
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
APMI	Associação Permanente a Maternidade e Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08	
<b>CAPÍTULO I</b>		
<b>1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ</b>		
1.1 Breve histórico do contexto de origem da organização dos trabalhadores/as na região Sudoeste.....	12	
1.2 Organizações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.....	20	
1.3 Movimento Popular de Mulheres .....	25	
<b>CAPÍTULO II</b>		
<b>2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DAS MULHERES A PARTIR DA INSERÇÃO NA LUTA SOCIAL.....</b>		<b>28</b>
2.1 Elementos que contribuirão para a formação e luta em prol da conquistas dos direitos sociais vinculados a um processo de transformação cultural e social.....	29	
2.2 A luta dos movimentos de mulheres autônomas no âmbito da pedagogia dos movimentos sociais .....	33	
<b>CAPÍTULO III</b>		
<b>3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS MULHERES EM SUA HISTÓRIA DE LUTA.....</b>		<b>36</b>
3.1 Práticas adotadas no Processo de lutas e resistências.....	37	
3.2 A Formação da mulher na luta social .....	41	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44	
REFERÊNCIAS.....	46	

## INTRODUÇÃO

Nas diferentes culturas existe um fato novo que tem modificado, de diferentes maneiras, as diferentes culturas. Esse fato maior se chama ascensão da consciência das mulheres, ascensão da consciência feminista. Antes de falar da cultura, da relação entre cultura e gênero, falo de um fato maior que é esse acontecimento – o despertar da consciência das mulheres. Um despertar da consciência das mulheres que significa a não aceitação de sermos cidadãos de segunda categoria. Falo das mulheres, portanto, a partir da minha identidade feminina. (GEBARA, 2001, p. 8)

A presente pesquisa buscou compreender o processo de formação da identidade política das mulheres na região sudoeste do Paraná, em específico na cidade de Francisco Beltrão, gerado a partir de suas inserções nas lutas e organizações do Movimento de Mulheres Camponesas.

A formação da identidade política vem sendo uma das preocupações que tem sido discutida com frequência nos movimentos de mulheres autônomas, em específico na sua inserção como protagonistas dos movimentos sociais populares, colocando-se em pauta o conceito de gênero em profunda articulação com o conceito de classe social, com vistas ao processo de transformação das estruturas sócio-político-econômicas-culturais, bem como das relações de desigualdade não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres.

De acordo com Rafagnin (2005), a história da luta e organização das mulheres vem se difundido e se fortalecendo junto com a história das diversas sociedades e de suas culturas. Muitas iniciativas envolvendo algumas mulheres aconteceram para quebrar preconceitos e algumas lutas deram origem aos movimentos e entidades feministas, as quais tiveram grandes contribuições para a conscientização e a emancipação das mulheres, para o fortalecimento e surgimento de outras organizações sociais. Esta emancipação passa também pelas mudanças nos diferentes níveis das relações humanas – na economia, na política, no psicológico, no cultural, nas formas de educação e nas expressões religiosas.

A organização das mulheres autônomas em movimentos implica uma luta política, que encontra na luta de resistência dos povos indígenas, das mulheres, dos homens, das (os) negras (os) a sua capacidade de recriação, bem como de enfrentamento aos modelos capitalista e patriarcal. A submissão da mulher é uma construção social e histórica, a qual foi implantada pela cultura patriarcal hegemônica. Mesmo sendo excluídas dos espaços públicos por muitos anos, esta exclusão não as impediu de desenvolver, com seu jeito feminino,

mesmo que oprimidas, uma estratégia de resistência e luta para conquistar seus direitos sociais e seu espaço nos debates públicos.

Por estes e outros motivos, as mulheres buscaram seus espaços, lutaram pela igualdade de condições e direitos e aos poucos os movimentos de mulheres autônomas foram se fortalecendo no Brasil e, no mundo, avançando na organização de base, na formação de lideranças e nas lutas por mudanças estruturais e culturais, tanto gerais, quanto específicas.

A escolha deste tema de pesquisa se insere na minha história de inserção nos movimentos sociais. Desde muito jovem, junto com minha família, participei dos movimentos sociais, mobilizações ligadas ao campo. É ali que estão as raízes da minha infância, ou seja, onde eu aprendi o real significado da vida.

Falar de movimentos sociais é, de certa forma, reviver o passado, uma história que eu queria que fosse diferente. Mesmo assim, creio que foi de grande importância, pois as dificuldades que enfrentei me deram força para lutar e buscar algo diferente para a minha vida. Sou filha de pequenos agricultores, mas fiz parte do processo do êxodo rural ainda muito jovem, o que me levou a trabalhar como empregada doméstica por um bom período. Com o passar do tempo, a idéia de retornar aos estudos foi amadurecendo até que finalmente retornei e concluí o Ensino Fundamental e sucessivamente o Ensino Médio através da Educação de Jovens e Adultos.

Aos 25 anos casei-me com Edson Paulo Possamai, que era e é muito ligado aos movimentos sociais e às questões do campo. Devido ao meu trabalho vinculado ao comércio; novamente me distanciei dos estudos e dos movimentos sociais, tendo em vista que não tinha horário para sair, trabalhava até nos finais de semanas. Era deprimente! Não tínhamos direito nem de sermos sócios do sindicato da categoria. Mas como eu precisava deste trabalho, aceitei, por um bom período. Fui me cansando, vendo que não era isto que eu queria para mim e para minha família. Aos 30 anos engravidei e aos 31 retornei aos bancos escolares. Foi muito difícil. Além de ter ficado um bom período sem estudar, estava grávida de minha filha. Mas superei, pois era um sonho que eu estava concretizando. Finalmente me formei em Pedagogia das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2006, realmente posso dizer que estudei e revivi um processo vinculado às minhas raízes através do Curso de Especialização em Educação do Campo, o qual estou concluindo através desta monografia.

Este tema abordado por mim é, em especial, um questionamento pessoal para melhor compreender o processo de formação e conscientização individual e coletiva das mulheres, resgatando a sua história, seus ideais e suas lutas, visando à análise dos elementos que

contribuem para a conscientização e formação do ser mulher a partir das práticas adotadas no processo de organização e luta do Movimento de Mulheres.

Pesquisei estas experiências trazendo alguns elementos para melhor compreender as trajetórias de lutas sociais, dentro das organizações e, em específico, no movimento autônomo de mulheres no município de Francisco Beltrão, identificando como ocorreu a construção da identidade política das mulheres a partir da sua inserção no movimento social. Além disso, busquei analisar o papel do movimento no processo de formação desta identidade pessoal e coletiva. Compreender a identidade política construída nas lutas de resistência das mulheres camponesas torna-se essencial para superar a lógica do processo de exploração, tanto econômica quanto cultural, a que as mulheres foram submetidas historicamente com a expansão do capital e do sistema patriarcal.

Compreendendo o contexto histórico em que se deu o surgimento da organização, investiguei as práticas adotadas e o processo de formação construído pelo movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná, na luta pelos direitos e pela formação política de mulheres. Este estudo foi desenvolvido através da pesquisa qualitativa, tendo como abordagem teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético.

Inicialmente realizei uma pesquisa exploratória que de acordo com Nagel (1957); tem como objetivo estudar a caracterização inicial do problema, sua classificação e sua definição. Posteriormente, utilizei a pesquisa bibliográfica, para verificar o que já havia sido escrito a respeito deste tema por pesquisadores e movimentos sociais. A coleta de dados primeiramente foi realizada por meio de entrevistas com algumas mulheres que fizeram e fazem parte deste processo, no intuito de caracterizar o perfil e os interesses pelo qual se fizeram presentes no início da organização, tomando por critério tempo de inserção, grau de participação, vínculo orgânico com a luta social. Além disso, busquei analisar as atividades desenvolvidas pelas mulheres no sentido de compreender o processo cotidiano da luta, a partir de suas práticas e inserção nas organizações sociais de Francisco Beltrão. Na etapa seguinte foram feitas as análises dos escritos, tomando por referência a pesquisa bibliográfica e empírica.

O presente trabalho foi elaborado em três capítulos. No primeiro, faz-se uma análise das organizações sociais dos Trabalhadores Rurais no sudoeste do Paraná, em específico Francisco Beltrão. Com isso, buscou-se compreender o surgimento da inserção das mulheres nas lutas pela posse da terra, na luta sindical, na luta pelos direitos sociais, na luta pelo

movimento autônomo, na inserção nos espaços e debates públicos como protagonistas de sua própria história.

O segundo capítulo retrata a organização das mulheres autônomas no Brasil e analisam-se as práticas de luta, as circunstâncias e o processo de formação e transformação social, bem como suas conquistas. Buscou-se compreender como ocorreu o processo de luta e o vínculo orgânico com a pedagogia dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo discute o processo de formação das mulheres na luta pelos direitos sociais, pela cidadania e pela emancipação, buscando analisar as práticas adotadas como formadoras de um novo ser humano. Busca-se ainda compreender a luta social num sentido amplo, como formação e conscientização política do papel da mulher na sociedade enquanto protagonista do processo de transformação social e de sua própria história.

## **CAPÍTULO 1**

### **1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ**

O objetivo deste capítulo é destacar os elementos que contribuíram e as circunstâncias em que se deu o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Francisco Beltrão. Para tanto, buscou-se demonstrar como se desenvolvia o processo de mobilização para conquista dos direitos sociais, visando à superação das características implantadas pelo sistema patriarcal e capitalista.

#### **1.1 Breve histórico do contexto de origem da organização dos trabalhadores/as na região Sudoeste**

O Sudoeste do Paraná faz fronteira com o Estado de Santa Catarina, e com países como Argentina e o Paraguai. É uma região dividida por campos e ricas florestas, sendo que estas áreas de florestas nativas eram imensas, principalmente de araucárias. Inicialmente eram ocupadas pelos povos indígenas e mestiços chamados de caboclos, desenvolvendo uma vida simples, com respeito à natureza, os quais buscavam na mata densa e na terra “livre” os meios para garantir sua sobrevivência.

Esta região se constituía numa alternativa para os excluídos, porque a mata, ainda “livre”, fornecia as condições de sobrevivência através da caça, da pesca e da colheita de frutos, que possibilitavam o desenvolvimento de práticas agrícolas de subsistência.

Segundo Muraro (2005), 99% de nossas histórias tiveram como modelo a organização das sociedades matriarcais, as quais eram regidas por valores de cooperação, com partilha de bens, onde homens e mulheres viviam em harmonia sem relação de poder de um sobre o outro tendo como princípio fundamental “a vida”.

As relações entre os grupos eram de solidariedade e partilha de bens e de vida. Com as sociedades de caça se instauram as primeiras relações de violência: os mais fortes começam a dominar e a ter privilégio e o masculino passa a ser o gênero predominante. Da consciência de solidariedade à humanidade passa à consciência da competição. (MURARO; BOFF, 2002, p.11)

Recentemente, a região Sudoeste foi sendo ocupada pelos imigrantes europeus. Sua colonização deu-se a partir dos anos 1940, sendo sistematicamente ocupada por imigrantes descendentes, principalmente de alemães, italianos e poloneses, migrando dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e muitos até mesmo do Estado do Paraná. Atraídos pela existência de terras inexploradas e férteis, influenciados pelos parentes e amigos, pois suas terras eram insuficientes para a sobrevivência, das famílias.

De acordo com Gomes (1986), a ocupação das terras do Sudoeste traz presente a lembrança de que o Governo Getúlio Vargas, no final da década de trinta, juntamente com o Governo Estadual, havia constituído as primeiras políticas efetivas de ocupação dos espaços vazios, sendo que a Marcha para o Oeste teve o sentido de integração de novas terras no processo de alargamento da fronteiras econômicas. Política esta que tinha em conjunto, por objetivo, o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país em grande expansão.

Duarte (2003) afirma que a ocupação intensiva da região Sudoeste pelos colonos foi resultado da expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelo esgotamento das possibilidades de reprodução social dos colonos nestes Estados. O avanço do capitalismo no campo, com o aumento da concentração de terras naqueles Estados, trouxe para os colonos como alternativa a imigração. Segundo Artigo de Zanela; Krame (1997) a imigração tinha um objetivo a ser alcançado, que era a tentativa de melhorar de vida, o que reverteu em vários desafios como a demora, a travessia de rios, o perigo das florestas, a construção de estradas, os acidentes, sendo o principal objetivo tomar posse da terra, e estruturar a propriedade, enfrentar o perigo das matas – os colonos chegaram à nova terra cheios de esperanças e vontade de trabalhar.

Gomes (2005) nos diz que, em 1889, o governo imperial cedeu uma quantidade de terra para a companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a qual ligaria estes dois Estados, passando pelo Paraná. Neste mesmo período, ocorreu a chamada Guerra do Contestado. Na Constituição de 1891, estas terras foram declaradas como sendo propriedade do Estado do Paraná. Nos anos de 1930, o Estado cancela a concessão desta às companhias de Estrada de Ferro entre São Paulo – Rio Grande, retomando a posse da terra. Em 1940, o governo federal decide se apropriar da terra por medida de segurança.

Segundo Lazier (1998), em 14 de fevereiro de 1941, quando então o presidente Getúlio Vargas baixou o decreto nº 12.417, criando a Colônia Agrícola General Osório – CANGO. Tal colônia seria responsável pelo povoamento e colonização da região Sudoeste.

Artigo de Zanela; Krame (1997) afirmam que a CANGO oferecia-lhes toda a infra-estrutura, onde os colonos recebiam desta um documento que lhes dava o título de posseiros oficiais, uma vez que a posse da terra ainda estava sob-judice. Nesta mesma época, a imigração foi intensa e milhares de colonos se instalaram na região sem terem nem um vínculo com a CANGO. Eram chamados de posseiros aventureiros. Com o passar dos anos surgiram outras companhias que vendiam pedaços de terras para os posseiros sem nenhum tipo de documentação.

A Revista Faz Ciências (1997) publicou um Artigo de Zanela; Krame referente à CITLAS (Clevelândia Indústria Territorial Ltda), afirmando que esta companhia instalou-se na década de 50 no povoado de Marrecas, atualmente Francisco Beltrão, apresentando-se como legítima proprietária das terras, oferecendo, entretanto, documentações provisórias. Em 1957, com duas outras companhias subsidiárias – Comercial e Apucarana - começaram a agir com violência. Jagunços fortemente armados obrigaram os colonos a vender as terras por preços abusivos e sem nenhuma documentação oficial. Desta forma, a violência ocupou o lugar da lei. As autoridades como prefeitos, delegados e juízes permaneciam omissos e, muitas vezes, posicionavam-se a favor das companhias. Enquanto isso, os posseiros e suas famílias sofriam todo o tipo de violência: assassinatos, estupros, torturas, perseguições, incêndios de propriedades e outros mais. Apesar de tais circunstâncias, os posseiros resistiram, pela posse de terras, contra as companhias, com o apoio dos comerciantes através dos meios de transportes, que tinham o intuito do retorno financeiro. Mas quem realmente entrou na briga foram os posseiros.

Esta luta deu-se como vitória dos colonos sobre as companhias, despertando-os para as organizações sociais. Pesquisas feitas pela FACIBEL (Faculdade de Ciências Humanas) de Francisco Beltrão, atual UNIOESTE, juntamente com um grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais têm apontado que, neste período, as mulheres de fato fizeram parte deste processo de luta, mas não tem sido citada por nem um/a autor/ra. Neste contexto, podemos concluir que as mulheres trabalhadoras rurais sempre fizeram parte da construção histórica da sociedade, mas foram excluídas desde processo como sujeitos históricos.

Apesar da cultura machista predominante na época, em que as mulheres ficavam restritas aos trabalhos domésticos e da roca, assim mesmo, elas tiveram uma ação que demonstra coragem, força e resistência; com muito trabalho garantiram a manutenção da propriedade e a defesa da família, por tanto, não ficaram em casa somente rezando e chorando. Embora poucas mulheres pegassem em armas, e não têm nenhuma

informação que alguma delas estivesse à frente do movimento, assim mesmo todas, elas enfrentaram por vários anos dias-a-dias, a ação arbitrária das companhias e de seus jagunços. (Artigo publicado na revista faz ciências, 1997, p.123).

Torrens (2000) afirma que a região Sudoeste do Paraná mantém uma característica marcante: a estrutura da posse da terra encontra-se baseada em pequenos estabelecimentos rurais, onde predominam os chamados minifúndios, característica esta proveniente da colonização por descendentes de imigrantes europeus. Após muitas lutas percebe-se que as pequenas propriedades de hoje são frutos dos conflitos da revolta dos colonos.

No Sudoeste do Paraná, a dinâmica da entrada do capital no campo, acontece a partir de meados dos anos de sessenta, mostrando sua pujança no início da década de setenta, assentado no minifúndio, estrutura fundiária definida pela revolução de 1957. (DUARTE, 2003, p.10)

Neste mesmo período histórico, ocorreu a implantação da chamada de Revolução Verde, que trouxe um conjunto de impactos para a vida dos camponeses e das camponesas. Com modernização da agricultura foram introduzidos pacotes agrícolas, indo desde o melhoramento genético das sementes e animais até a mecanização pesada, subordinando a população do campo ao capital. Neste contexto, os agricultores/as se inseriram no mercado através do cultivo da monocultura, o que trouxe resultados desastrosos para Agricultura Familiar, tendo em vista que contribuiu para o êxodo rural massivo, a destruição e contaminação dos recursos naturais e a desvalorização dos saberes populares. Os que não se integravam ao mercado capitalista eram vistos com atrasados, restando-lhes uma política compensatória. Ou seja, o crédito foi usado como uma ferramenta para implementar a Revolução Verde.

Ao analisar o contexto histórico do surgimento dos movimentos, percebe-se que o campo é um espaço social contraditório, traçado pelos embates e pelos conflitos, onde a modernização, ao mesmo tempo em que gerou o êxodo e a subordinação do trabalhador do campo ao capital, também produziu a materialidade para a resistência e organização dos movimentos sociais. Além disso, a abertura de políticas públicas do Estado brasileiro em meados de 80 abriu espaço para as reivindicações dos pequenos agricultores.

No Sudoeste do Paraná a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - e seus idealizadores não pouparam esforços no processo de

conscientização política, na formação de lideranças para a resistência dos agricultores, agricultoras familiares contra os créditos e as políticas agrícolas oficiais (representada pelos Bancos). No campo de lutas pela terra, em 1883, fundou-se a Coordenação Regional dos Sem Terras sob a denominação de MASTES (Movimentos dos Agricultores do Sudoeste). De acordo com Ernesto Cesca, em 1980 iniciaram-se grandes manifestações (atos públicos e passeatas), seguidas de ocupações, acampamentos e bloqueios para sensibilizar as autoridades sobre as questões dos direitos. Segundo ele, foram muitos dias de acampamentos e mobilizações na comunidade de Rio Verde, Marmeleiro, onde foi bloqueada a BR como sinal de reivindicação e luta por melhores preços dos suínos e acesso a créditos que beneficiassem os agricultores com juros acessíveis em prol de políticas públicas. As autoridades municipais mandaram os policiais e o corpo de bombeiros passarem por cima dos manifestantes. Como nos diz Ernesto Cesca, a grande sorte é que havia alguns políticos que estavam a favor dos colonos e impediram este massacre.

De acordo com a Revista Cambota, outubro de (2006), na medida em que essas lutas tomam corpo e vão sendo assumidas pelos agricultores/as, eles são motivados e apoiados no sentido de se constituírem em movimentos e organizações populares autônomas. Com isso, nos anos 80, a ASSESOAR deixa de ser a única organização de agricultores autônomos na região. Este período foi também de grande tensão com a igreja e o Estado. Crescem as organizações como cooperativas, associações e sindicatos, e as mobilizações dos agricultores que via sindicalismo, MASTES e pastorais, realizam lutas históricas como dos Suinocultores (80), da Saúde (84/85), das Políticas Agrícolas (87), das Barragens (85), e da Reforma Agrária a partir de 1984.

Para Rafagnin (2005), a Região Sudoeste do Paraná, propriamente dita como sendo uma das principais regiões do Sul do país, foi um marco nos termos de difusão das lutas por conquistas de políticas públicas e direitas sociais, voltados para a consolidação da Agricultura Familiar. Neste sentido, TORRENS (2000, p.30) afirma que esta região:

(...), foi palco da revolução de 1957, que criou as condições para o surgimento, na década de 60, dos primeiros sindicatos de lavradores e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural- Assesoar ; b) abrigou uma rede de agentes religiosos responsáveis por um amplo trabalho de organização das comunidades rurais; c) serviu de berço político, no final dos anos 70, para formação do chamado sindicalismo rural combativo e, no início da década de 80 para a fundação do movimento dos agricultores Sem Terra do Sudoeste – um dos embriões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; d) serviu de berço também para a criação de estrutura associativistas e de cooperativismo de crédito, que foram incentivadas e apoiadas pela ação dos dirigentes e das organizações sindicais ligadas à CUT na região.

Nestes mais de 500 anos de invasão européia, foram os inúmeros momentos e movimentos de resistência dos operários e camponeses/as que foram ganhando força no Brasil. A resistência dos Posseiros do Sudoeste do Paraná “Arraial de Canudos”, os posseiros do Contestado, as rebeliões sociais como o banditismo social e o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra), as Ligas Camponesas, entre outros, são algumas das organizações históricas do Brasil. De acordo com Deere (2004), no governo de João Goulart, foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos dos trabalhadores urbanos, incluindo o direito de se organizar em sindicatos. Além disso, um instituto de reforma agrária foi criado e foi introduzida uma legislação de quais terras poderiam ser expropriadas para a proposta de reforma agrária. Estas medidas também contribuíram, entre outros fatores, para o desencadeamento do golpe militar em 1964, que introduziu 21 anos de regime militar.

De acordo com Bordalo (2007), a década de 1980 é marco histórico de formação de muitos movimentos sociais, nacional e internacionalmente. É neste período, no bojo das transformações políticas no Brasil, que os movimentos de mulheres ganham força e significativas expressões nos processos de luta no campo. A participação das mulheres nas lutas sociais do campo não é fato novo. A influência dos movimentos sociais caracterizou a luta contra o capitalismo, sistema social hegemônico, com o objetivo de construir a conscientização política levando ao questionamento das condições sociais das mulheres enquanto classe trabalhadora.

As mulheres organizadas passaram a desempenhar um papel importante na formação política de lideranças do campo, organizando mobilizações com projeção de novas ações e reflexões sobre as práticas adotadas pelo Estado.

A origem do movimento rural está localizada no contexto de abertura democrática da década de 1980 e na consolidação dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil. Nas áreas rurais, as comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizadas pela CPT na década anterior muitas vezes forneceram a experiências formativas que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada à questão de saúde e de educação. Mas dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais na década de 1980 eram os sindicatos, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social (...). Essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que as mulheres enfrentavam, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais. (DEERE, 1999, p. 180)

Rafagnin (2005), em seus estudos sobre sindicalismo, nos diz que no Brasil e em outros países, houve uma longa história de lutas sociais que antecedem o nascimento do capitalismo e como consequência a formação da classe operária, a criadora do que conhecemos por sindicalismo, cujas atividades começaram no final do século XIX. O momento vivido no país era o de substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Neste contexto, havia entidades que auxiliavam materialmente o proletariado durante as greves ou nas dificuldades econômicas. Com a chegada das indústrias, as organizações passaram a se reunir por ramos de atividades dando origem aos sindicatos.

O sindicalismo rural, desde sua fundação, passou por várias fases. A primeira fase foi o assistencialismo, onde a entidade auxiliava o governo na saúde, pois recebia recursos do governo e mantinha médicos e dentistas atendendo no interior. Sendo os dirigentes vinculados ao regime militar, as mulheres dependiam dos homens para usufruir desta assistência, pois eram consideradas dependes dos companheiros, pais, irmãos. Somente as viúvas tinham o direito de associar-se.

A fase seguinte deu-se no sindicalismo reivindicatório, período em que os agricultores perceberam que os sindicatos não estavam atuando corretamente, portanto, resolveram formar as chamadas oposições sindicais. A este respeito Boni (1999) nos diz que o surgimento no campo, dos movimentos de oposição sindical deu-se no final da década de 1970, período que antecede com o surgimento e o fortalecimento de outros movimentos sociais ligados ao campo.

Assim, no início da década de setenta, surge a crítica à destruição dos recursos naturais e à exploração que se praticava sobre a população do campo, (...). A demanda do sindicalismo recriado pelas oposições sindicais, (...) leva a Assesoar a organizar um serviço de assessoria sindical, forçando-a a incorporar, misturados as bases de Doutrinas Sociais da Igreja, componentes da leitura marxista da sociedade. (DUARTE, 2003, p.11)

As conquistas dos sindicatos combativos se deram nos anos de 1978 e 1980. Neste período, as mulheres trabalhadoras rurais começam sua participação sindical, formando um coletivo junto aos homens para lutar e fortalecer a oposição sindical, garantido assim as direções em vários municípios, passando para Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Combativos. Esta organização se coloca como alternativa de mudanças produtivas, sociais, políticas, culturais, econômicas e organizativas representando os principais objetivos da Agricultura Familiar, em prol de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo.

Nos anos 80, fase que vai até os dias atuais, o sindicalismo passa a ser propositivo além de combativo. Com reivindicações passando a elaborar e apresentar propostas concretas para as mudanças estatutárias, debatendo e refletindo sobre quais seriam os novos desafios e ações para este novo sindicalismo. Surgiram assim as primeiras associações de produtores e de cooperativas de créditos e a primeira organização de grupos de mulheres, a qual foi incentivada e apoiada pelas ações dos dirigentes sindicais e da Assesoar. Muitas mulheres que participavam apenas pelo assistencialismo se retiraram do movimento sindical, retornando mais tarde.

Segundo Gebara (2001), a participação das mulheres deu-se em primeiro momento na conquista de associar-se ao sindicato. Lutaram pelo direito de fazer parte da direção sindical, através de cotas, nas quais as entidades sindicais eram obrigadas a ter em suas direções 30% de mulheres. Contudo, por muito tempo as mulheres permaneceram nas lutas para conquistar seus espaços, pois na estrutura oficial do sindicalismo rural poucas mulheres ocupavam posições de lideranças, permanecendo apenas nos estatutos sindicais, com sendo uma cota a ser cumprida. Conforme Rafagnin (2005), os sindicatos ligados à CUT começaram a discutir sobre a importância das mulheres dentro das entidades. Uma das primeiras medidas da nova direção foi promover campanhas para a sindicalização e a documentação das mulheres, a inclusão do nome das esposas no bloco do produtor, uma vez que muitas mulheres não eram nem sequer consideradas cidadãs, tendo apenas a certidão de casamento como documentação.

Em Francisco Beltrão, conforme Amada Cesca, as primeiras mulheres que participaram do movimento sindical foram Amada Cesca, Maria Reginado, Sueli Mogem e Maria Back, sendo ela a primeira mulher a participar das reuniões promovidas por órgãos públicos como a CARPA (atualmente EMATER) que dava assistência técnica aos agricultores e através de alguns funcionários fazia o processo de formação e conscientização dos direitos dos trabalhadores/as rurais vinculados aos sindicatos.

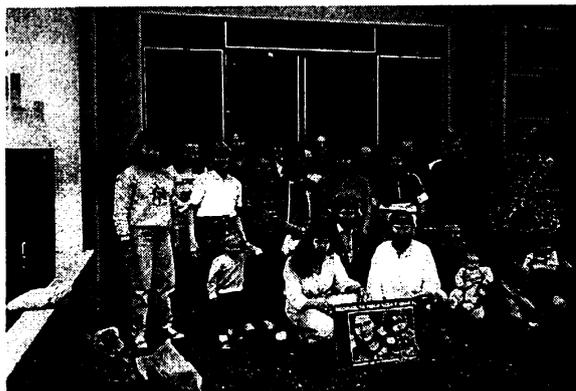
Durante o processo de conscientização e mudança dos sindicatos que passaram de assistencialistas para combativos, muitas mulheres se retiraram do movimento sindical e retornaram mais tarde. Rafagnin (2005), em seu estudo sobre a organização sindical afirma que neste período a direção sindical começa a promover cursos de formações em algumas comunidades, como forma de conscientizar os/as agricultores/as para que pudessem participar das organizações e lutas sindicais. Segundo Inês Longo Possamai (2007), neste período inicia-se um processo de conscientização, principalmente das mulheres através do trabalho de base. Nesta formação, eram as lideranças sindicais quem faziam este trabalho. Entre as lideranças sindicais estavam os homens que faziam parte do processo de formação, e em muitas

comunidades eram eles quem trabalharia com a formação. Neste sentido, ela conta que as mulheres ficaram assustadas quando o Justino chegou, pois esperavam que fosse uma outra mulher, que viesse fazer este trabalho, quer dizer, as mulheres ainda não estavam conscientes das mudanças culturais, ou seja, trabalho de base com mulheres na visão cultural deste período somente poderia ser coordenado pelas mulheres.

Neste período, surgiram novas lideranças que sentiam a necessidade de organizar-se e lutaram pela consolidação de um projeto de subsistência social. Já em 1985 e 1986 outras mulheres começavam a participar juntamente com os seus companheiros, lutando por políticas públicas e pela previdência social. Com o tempo, muitas mulheres se destacaram e conquistaram seus espaços, trazendo para o espaço público o debate político com temas polêmicos antes nunca debatidos no MSTRs (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais). Como nos diz Caldart (2004), um dos impactos mais importantes foi a democratização do espaço e o direcionamento das decisões a serem tomadas. Participação que garantiu a práxis para a organização com outras mulheres, dentro de um contexto social reflexivo. Contudo, em muitos municípios, os sindicatos ainda continuam corporativistas, atrelados ao Estado.

De acordo com Rafagnin (2005), a região sudoeste se revela como sendo o berço das Organizações Sociais do Paraná, o que motivou o surgimento de outros Movimentos Sociais, nos diversos Estados do país.

## 1.2 Organizações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais



Comissão de mulheres sindicais de Francisco Beltrão PR 1985

Num contexto histórico de avanço do capitalismo no campo e de organização dos movimentos sociais, as mulheres começam a se organizar para sair do espaço privado e das funções específicas a elas atribuídas, para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente, para questionar os papéis de gênero culturalmente assumidos na sociedade. Segundo Bordalo (2007), neste período, em muitos Estados brasileiros desenvolveu-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), formado por mulheres membros de sindicatos filiados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

(...) as mulheres iniciaram um lento e laborioso processo de reflexão sobre as suas vidas e o trabalho em casa e no roçado. Organizadas no MMTR, elas passaram a se definir e a se posicionar como mulheres trabalhadoras rurais e a exigir a participação nas decisões que afetam as suas vidas, tanto nas esferas públicas quanto privadas. (SCOTT; CORDEIRO, 2006, p. 152)

Em 1985, começaram as primeiras organizações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no município de Francisco Beltrão, onde elas participavam nas reuniões, seminários, oficinas promovidas pelos movimentos sociais. Segundo Deere (1999), o MMTR foi uma organização constituída na região Sul, com objetivo de ser um fórum para a discussão de questões consideradas problema específico das mulheres, entre eles, sexualidade, saúde, reconhecimento da profissão de mulheres trabalhadoras rurais. Geralmente, outros movimentos sociais discutem somente as questões econômicas e os temas relacionados à classe e ao mundo do trabalho, sem aprofundar as discussões de gênero.

Assim, os caminhos do feminismo latino-americano desde seu início são atravessados pela emergência das mulheres como novos agentes sociais, mesmo quando isso se dá a partir de situações tradicionais de mulheres mães, donas de casa, portadoras dos valores da paz e dos sentimentos humanistas face aos senhores do poder e da guerra. (SOUZA-LOBO, 1991, p.159)

Para Rafagnin (2005), as mulheres tornaram-se presentes nas lutas e mobilizações como em debates político das entidades e organizações sociais vinculadas ao campo e cidade, de modo que houve um crescimento significativo do número de mulheres participantes e atuantes nas ações e direções, cooperativas e sindicatos.

Uma das primeiras mulheres a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, foi Zelide Catelam Possamai, reeleita por dois mandatos e, sucessivamente, Santa Terezinha dos Santos Sukenki e, atualmente, Daniela Cellupe. Neste processo ainda temos outras companheiras como Circe Padilha Rodrigues, Ana Frandaloso

que se desafiaram e foram as primeiras candidatas a vereadoras da história da luta das mulheres de Francisco Beltrão. Durante esta trajetória se destacaram muitas outras mulheres, entre elas, Inês Fávero, a primeira candidata à vice-prefeita de Francisco Beltrão; Luciana Guzela Rafagnin, com sua garra e coragem esteve presente em todos os processos de luta, com suas idéias pertinentes ao segmento feminista<sup>1</sup> e a agricultura familiar como dirigente sindical, militante do partido dos trabalhadores desde 1989, tendo começado sua caminhada nos movimentos sociais da região que representa, o Sudoeste do Paraná. Foi eleita vereadora em 1992, a primeira do município de Francisco Beltrão pelo PT e reeleita em 1996. Concorreu duas vezes como candidata à prefeita. Em 2002, foi eleita à deputada mais votada da história do Paraná, eleita por dois mandatos. Nas eleições de 2006, novamente candidatou-se à deputada Estadual, sendo a mais votada do partido no Estado do Paraná. Além disso, é a primeira mulher a ocupar no Legislativo Paranaense uma posição de destaque, assumindo o cargo de maior importância na administração da casa, sendo a segunda secretária.

Cabe destacar que a participação da mulher na vida política tem sido um grande avanço, permitindo um conjunto de conquistas legais. Contudo, esta representação é construída no limite do sistema. A este respeito, a revista Cambota de outubro (2006) nos alerta de que a democracia foi considerada por todos como sendo um avanço em relação à ditadura militar, mas o parlamento não faz mudanças estruturais, pois elas não acontecem por vias legais na sociedade capitalista, mas, sim, através de um processo cultural democrático que visa à mobilização e à conscientização para uma transformação social, política e econômica.

Em 1987, foi o primeiro momento em que as mulheres, em Francisco Beltrão, se reuniram e fizeram uma análise sobre o dia oito de março<sup>2</sup> - Dia Internacional da Mulher, o que fortaleceu ainda mais as ações das mulheres no município. Este dia não é tanto de comemoração ou homenagem, mas sim de reflexão sobre o papel feminino na família, na economia, no movimento social, na sociedade e na história. As mulheres continuam marginalizadas. Mesmo em países desenvolvidos tidos como do primeiro mundo, elas ganham

---

<sup>1</sup> Segundo Rose Marie Muraro o feminismo é só um movimento organizado das mulheres, mais nada. Não tem nada a ver com o plano pessoal da mulher contra o homem, mas sim, da mulher contra o sistema. Em geral, as mulheres e os homens se dão muito bem. E a mulher já está questionando o machismo do homem no plano pessoal, e isso está caminhando bastante.

<sup>2</sup> No dia 8 de março de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de uma jornada de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias que, nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde houve um incêndio e cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

menos do que o homem pelo mesmo trabalho e, muitas vezes, são vítimas da violência doméstica. A definição do dia 8 de março foi uma forma de trazer para o debate um problema e a necessidade de uma luta internacional, que passa pela construção do feminismo.

De acordo com Gebara (2001), os estudos do feminismo revelam que o conceito de gênero aprofunda a reflexão sobre a desigualdade, fazendo-nos compreender que aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos. O conceito de gênero reforça as necessidades de pensar que existem muitas formas de ser mulher, ser homem e estas vão se transformando e se constituindo por meio dos processos culturais.

A desigualdade nas relações de gênero afeta as mulheres nos diversos espaços da sociedade. Contudo, em algumas situações, este processo é ainda mais intenso na especificidade do campo. Quando as mulheres começam a sair do espaço do privado e se inserir nas lutas, elas enfrentam inúmeras resistências, na maioria das vezes, dos próprios maridos. Além disso, são vítimas de uma repressão moral das comunidades, pois quando elas saíam de casa eram vistas como aquelas que iam se prostituir. Este obstáculo, segundo Scott; Cordeiro (2006) está relacionado com a questão moral de gênero.



Encontro regional de mulheres no parque de exposição Jaime Carne Júnior de Francisco Beltrão 03 de Março de 1996, em comemoração ao dia 08 de Março.

Não só a família, mas também os/as vizinhos/as delimitam e restringem o ir e vir das pessoas na área rural. As mulheres sofrem ainda muitas discriminações em relação à divisão sexual do trabalho.

Neste contexto, Amada Cesca nos revela que na medida em que a luta das mulheres traz para o debate a questão dos direitos previdenciários, os maridos começam a se envolver mais e a entender o motivo desta organização. Isto fica evidenciado no processo de coleta de assinaturas e discussão nas casas, visando interferir no processo constitucional. No período em que estava sendo elaborada a Constituição Federal de 1988, onde estava em pauta o direito dos trabalhadores/as rurais, a organização na região Sudoeste se intensificou. Neste mesmo período, em Francisco Beltrão, comemoravam-se os 10 anos de organização das mulheres, através de um ato que reuniu mais de sete mil mulheres, o que contribuiu para o fortalecimento da organização.

Atualmente esta luta é mantida nos trabalhos de base, através das lideranças sindicais com ações nas questões de gênero, onde as mulheres e homens participam dos processos de decisão sobre as formas de organização e direcionamento sindical, como cursos para a organização das propriedades, benefício para aquisição de casas próprias através de convênios com o governo Estadual e Federal. Além disso, em conjunto com outras entidades e ONGs como a Assesoar, são desenvolvidas atividades na formação e reflexão pessoal, na recuperação e troca de sementes crioulas, na implementação da Educação do Campo, bem como nas práticas de resistência cotidiana ao mundo capitalista, com vistas à transformação social.

Neste contexto, um dos grandes desafios está relacionado à rearticulação da luta das mulheres em Francisco Beltrão, que atualmente se encontra neutralizada devido ao processo de mobilização da APMI. Um dos pontos centrais está nas questões dos recursos financeiros que a APMI dispõe para dar continuidades aos trabalhos de base e na resistência à reconstrução da luta histórica. Segundo depoimento de algumas mulheres, a história da luta das mulheres do município de Francisco Beltrão foi se perdendo a partir das ações do vínculo municipal nos mandatos das coligações municipal PT/PMDB. APMI teve inserção com as mulheres do movimento sindical e, conforme algumas lideranças, atualmente estão difícil de organizar a base para discutir as questões políticas, sociais e econômicas na perspectiva da conscientização e da transformação. Percebe-se que há resistência no processo de organização, especialmente na formação de novas lideranças na dimensão política e social.

Segundo Rafagnin (2005), normalmente as mulheres participam tão pouco da vida social e política devido às funções estabelecidas pela cultura. Mesmo com um aumento considerável de mulheres no mercado de trabalho e nos movimentos sociais, nos últimos anos vê-se, por exemplo, um número reduzido de vereadoras, deputadas, senadoras, governadoras, bem como pouquíssimas dirigentes sindicais.

### 1.3 Movimento Popular de Mulheres

Na história de luta das mulheres na região Sudoeste do Paraná, outro movimento que se configurou no final dos anos 70 foi o Movimento Popular de Mulheres, movimento este que, sob influência da ala progressiva da Igreja católica, principalmente a Belga Paula, ia até as comunidades estudar com as lideranças, conscientizando-as sobre o processo das novas tecnologias, da modernidade neoliberal, produto de uma cultura homogênea, que se implantava com o avanço do capitalismo no campo, tendo como conseqüências futuras o êxodo rural, principalmente de mulheres que buscavam nas cidades uma nova vida no espaço da modernidade.

Esta influência foi decisiva para a participação feminista, pois a igreja foi um dos lugares públicos que as mulheres sempre freqüentavam e eram estimuladas a fazê-lo. Segundo Amada Cesca (2007), a irmã Érica e o padre Rogério Liz Basso foram pessoas que deram muita força para a organização popular. Já neste tempo, orientavam que se o povo do campo não se organizasse ficariam somente os mais velhos na agricultura, pois os jovens iriam para as cidades e seriam vítimas do processo de massificação do sistema.

Contudo, de acordo com Scherer-Warren (1993), com o fortalecimento da oposição sindical e do Partido dos Trabalhadores, as mulheres começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas, tendo em vista que a Igreja avançou, mas com restrições, pois ela nunca abandonou sua postura patriarcal nem sua visão restritiva sobre comportamentos sexuais e a inferioridade da mulher.

O primeiro encontro do Movimento Popular de Mulheres no município de Francisco Beltrão deu-se na Linha Pompermaier, com assessoria de Inês do Município de Turvo - PR. Estudou-se sobre o avanço da modernidade, bem como a participação das mulheres em espaços públicos e privados.

A ocupação de novos espaços por parte das mulheres começava a provocar mudanças culturais, visto que até então elas podiam ser apenas catequistas e participar da liturgia, mas nas reuniões da paróquia eram os homens que iam. Nas festas, faziam os doces, mas quem os vendia era o homem; as mulheres trabalhavam na cozinha, mas o tesoureiro era sempre o homem. Ninguém acreditava que a mulher poderia ocupar outros espaços para além do cuidar das panelas. Amada Cesca nos diz que para que as reuniões de planejamento acontecessem os avisos era feitos corpo-a-corpo, pois na comunidade havia muita discriminação e a maioria dizia que as mulheres tinham vestido as calças do marido. Ela nos revelou que elas eram

chamadas de mulher-macho, mulher que coloca vestido no marido. “Nós éramos chamadas de putas, mal amadas, neuróticas que saíam de casa em procura de outros homens.”

Segundo Circe Padilha Rodrigues, as mulheres da coordenação para se deslocarem e fazer os trabalhos nas comunidades precisavam ir de corona com outros homens, chegar tarde em casa, servindo de falatório, principalmente nas bodegas. Para as mulheres que lutavam era difícil, pois tinham que ficar firmes na luta, cuidar dos filhos, manter a casa organizada e ainda ter sua propriedade sempre em dia.

A forma de organização adotado no Movimento Popular de Mulheres exigia reuniões de planejamento das atividades, onde se definiam os temas e as ações a serem abordadas em cada momento. A partir do planejamento realizado com as mulheres, buscava-se assessoria que contribuísse no fortalecimento da organização. Segundo Amada Cesca, principalmente na conscientização de seus direitos, nas práticas comunitárias, as quais eram reflexivas e críticas das questões sociais, políticas e econômicas, principalmente no processo de subordinação e exclusão social.

De acordo com algumas lideranças o movimento de mulheres proporcionou às mulheres a descoberta do ser mulher, do corpo e de suas expressividades, reativou sua auto-estima e o sentido da existência. Como nos diz Freire (2005), suas lutas se travam entre serem elas mesmas ou serem duplas. Entre expulsarem ou não o opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienadas. Entre seguirem prescrições ou terem opções.

Em outro viés, o debate vindo do sindicalismo rural com a questão de gênero se reorganizando através de uma comissão sindical específica que trataria das questões das mulheres e das relações de gênero. Esta comissão sindical perpassou por 10 anos e permitiu que hoje tivéssemos muitas mulheres vinculadas a movimentos sociais e entidades, onde várias assumem cargos nestes espaços ou em cargos políticos.

Contudo, são inúmeras as dificuldades para a participação da mulher e a organização do Movimento Popular de Mulheres. Um dos aspectos se refere à dificuldade de dar continuidade aos financiamentos para manter a coordenação de processo e das mulheres na região. Outro, está no processo de formação na área de desenvolvimento e tecnologia, que exige a ausência da mulher por um bom tempo das tarefas de casa. Neste aspecto, embora elas queiram participar das discussões, são geralmente os homens que assumem o domínio público. Analisando este processo, parece-nos que outra dificuldade reside na falta de assessorias que contribuíssem, a partir de referenciais teóricos sobre as relações de gênero e a organização de ações, com o avanço do protagonismo das mulheres do campo.

O movimento popular de mulheres era uma organização regional, onde mulheres de vários municípios participavam. Participavam mulheres de vários setores da sociedade, a maioria de área urbana, professoras, donas de casa, participantes de pastorais, da criança, juventude, clube de mães, empresárias, funcionárias públicas. As reuniões eram feitas em salas das igrejas, salas de sindicatos urbanos e salas de associações. A assessoria era conforme temas discutidos nos eventos, congressos, seminários e oficinas. As palestrantes eram pessoas ligadas a pastorais com temas de reflexões voltadas às questões sociais. As lutas do Movimento sempre foram ligadas às causas sociais, ex: saúde, participação na política e movimentos sociais, gênero, família, direitos a educação, planejamento a natalidade, casamento, (relacionamento entre homem e mulher), movimento contra barragem (evento em Capanema 1984) apoio ao MST, direito de todos e para todos.

O movimento aparentemente era reconhecido pelos setores da sociedade, igrejas, pastorais, setores da saúde bem como pelos nossos companheiros.

Os recursos eram poucos, vinha verba de igrejas, alguma luterana, promoções de rifas, vendas de artesanatos confeccionados pelas participantes.

O movimento foi se fragilizando em parte pela disputa com o movimento sindical de mulheres, confrontos políticos, dificuldades financeiras, disponibilidade de tempo (prioridade). Sem dúvida, houve avanço na conquista por espaços ocupados antes só por homens, a mulher foi assumindo um papel mais representativo e decisivo na sociedade, política, família e no espaço de trabalho (Judite Beatriz Walter Duarte, 2007).

## CAPÍTULO II

### 2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DAS MULHERES A PARTIR DA INSERÇÃO NA LUTA SOCIAL



Encontro de mulheres sindicalistas do Sudoeste do Paraná

A identidade política é construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos e, em específico, no espaço da organicidade dos movimentos sociais. Ser mulher ou ser homem é a nossa primeira identidade que assumimos. Esta se constrói na relação com outras identidades, as quais são construídas na produção material e simbólica da existência. Quando nos compreendemos nestas identidades, como a de mulher camponesa, e lutamos pelo processo de transformação das condições que geram as opressões em que a mulher do campo, pertencente à classe trabalhadora, se encontra, ocorre a politização e a reconstrução desta identidade.

Tenho de dizer que a minha identidade primeira é se mulher porque só ser humano eu não sou. O ser humano é abstrato. Quando eu digo sou mulher, você já sabe, já delimita mais. Trabalho nisso, delimita mais. Sou branca. Vou revelando minha subjetividade na medida em que essa revelação se faz necessário. Mas do ponto de vista das relações de gênero, a primeira afirmação não é eu sou ser humano. A primeira afirmação é que eu sou uma mulher. É nesse particular que fazemos a distinção entre identificação e identidade. (GEBARA, 2001, p.20)

O movimento social, tanto na luta de classe como de gênero, tem tido um papel essencial na construção da identidade política da mulher. A partir de sua inserção, através de

ações e reflexões que politizam sua presença no mundo, ocorre um “despertar da consciência das mulheres”, que significa, segundo Gebara (2001, p. 8), a não aceitação de sermos cidadãos de segunda categoria. Para a autora, ascensão da consciência das mulheres, da consciência feminista tem sido essencial para modificar de diferentes maneiras, as diferentes culturas da sociedade.

## **2.1 Elementos que contribuíram para a formação e luta em prol da conquistas dos direitos sociais vinculados a um processo de transformação cultural e social**

Diante da desigualdade social, da divisão sexual do trabalho, da exclusão da mulher no espaço público e no campo dos direitos, a ascensão da consciência feminista tem sido fundamental para a organização das mulheres em movimentos sociais, bem como para a transformação dos papéis de gênero construídos historicamente. A luta das mulheres por mudanças se relaciona com uma sociedade andrógina, onde homens e mulheres tenham o mesmo protagonismo. Neste sentido, a mulher entra para o mercado de trabalho, para a política, para os movimentos sociais buscando o direito à igualdade de participação, buscando manter seu jeito feminino de compreender e construir a história.

(...) o que interessa à mulher não é assumir os atuais papéis designados aos homens. Tampouco é a troca dos atuais papéis designados para as mulheres e homens. Interessa a reversão das relações que continuamente criam, mantêm e desenvolvem a subordinação da mulher ao homem. Trabalhar sobre as relações de gênero enquanto relações sociais significam, em última instância, desvendar e rever todas as formas de organizações e convívio social. (VIEZER, s/d, p.25)

Gebara (2001) nos aponta que as organizações ajudaram a compreender a questão de gênero como uma construção histórica, imposta pela cultura hegemônica a partir de conceitos e valores vigentes em cada momento da história, de modo que a classe que domina faz com que suas concepções, valores, hábitos, crenças e sua moral sejam assimilados por todas as classes como naturais, como certos e morais. Significa que, nas sociedades capitalistas, como as do Brasil, o jeito de ensinar o ser homem e mulher, a forma e o conteúdo como que se apreende a pensar, agir, se comunicar, se comportar são direcionamentos que atendem aos interesses econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos da burguesia.

Neste contexto, Gebara (2001) afirma que a história das mulheres tem sentido se a analisarmos na relação com o outro sexo. Por isso, se coloca como necessária a discussão do conceito de gênero que questiona os papéis sociais destinadas às mulheres e aos homens. A condição da mulher não está determinada pela natureza, nem pela biologia ou pelo sexo, mas

resulta de uma invenção social e política, que se relaciona não simplesmente pela idéias, mas também pela estrutura e pelas práticas cotidianas. As diferenças físicas entre homens e mulheres não podem justificar a exploração, a dominação, a violência e a discriminação que as sociedades machistas e capitalistas impõem sobre a mulher, os índios e os negros, bem como para com os povos trabalhadores. Os movimentos sociais, principalmente o movimento feminista, ajudaram nas reflexões sobre o conceito de gênero, raça e classe social, no sentido de articular lutas que contribuíssem na emancipação política das mulheres.

Muitos autores revelam que por muito tempo as mulheres foram submissas aos homens, regidos por uma lei herdada da cultura ocidental, patriarcal, onde eram subjugadas a uma hierarquia de valores e poder que se dava em todas as dimensões da sociedade. Às mulheres eram proibidos as questões públicas (estudar, trabalhar, votar) e seguir certas profissões restritas ao homem. Aquelas que não se submetessem às proibições eram punidas.

As mulheres permaneceram por muito tempo em situação de desigualdades em relação aos homens, sendo estes privilegiados nas questões econômicas, políticas, sociais, religiosas e amorosas. Esta desigualdade vai além da classe trabalhadora, atingindo todas as classes sociais.

Para Gebara (2001), a consciência de cidadania das mulheres é um dos maiores acontecimentos do século 20 e está sendo também do século 21. As mulheres revolucionaram o século 20 e passaram a fazer parte do processo da construção de sua própria história, reivindicando os seus direitos que até então o sistema capitalista e machista as excluía do processo. Elas se deram conta de que eram capazes de se libertar da opressão sofrida até então. Neste sentido, a partir do feminismo, o que acontece é uma coisa nova, ou seja, uma nova mulher, saindo das ocultações do feminino, das ocultações e submissões. Este contexto nos ajuda a compreender que a identidade do feminino e do masculino, assim como o papel desempenhado por homens e mulheres, depende do contexto cultural, histórico, econômico, político, social e, principalmente, na esfera do trabalho constituído através de suas experiências e da convivência.

Elas desejam, pois para si a plena cidadania através do voto, mais educação e mais direitos legais. Com o nascimento do primeiro feminismo, pouco a pouco a questão feminina vai tomando corpo. Não com o mesmo ímpeto das organizações operárias, porém com mais profundidade e com obstáculo muito maior do que a classe trabalhadora enfrentou como um todo, as mulheres começam então as suas lutas específicas. Aparentemente o apelo de Marx visava a erradicar apenas a sociedade de classe, mas o das mulheres ia muito mais além. O que elas reivindicavam era a supressão do patriarcado, muito mais antigo e mais profundo do que a sociedade de classe. (MURARO, 2002, p. 133)

De acordo com Scott; Cordeiro (2001), os desafios que a mulher enfrentou no decorrer de suas lutas, conscientizaram-na para a transformação e participação no debates públicos. Foi dessa forma que as mulheres conseguiram conquistar seus direitos. No século XX começou a luta pelo direito ao voto, conquistado somente em 1932. Em 1975, no Ano Internacional das Mulheres, houve o ressurgimento das lutas e do debate sobre as condições femininas na sociedade. (Boni, 1999)

Nos anos 80, com a redemocratização do país, os movimentos retornaram, com o surgimento e a consolidação de grupos feministas, tendo com ponto central o direito das mulheres a se organizarem como autônomas para legitimar-se como sujeitas políticas portadoras de suas próprias especificidades. Souza-Lobo (1991) nos diz que a partir das organizações autônomas, as mulheres, na tentativa de construir um mundo melhor, de viver uma vida mais digna enfrentaram várias barreiras e preconceitos que as colocavam como frágeis, inseguras, fracas, tanto físicas quanto mentalmente. Contudo, através de suas lutas pela libertação de sua condição, acabam, através da história, demonstrando a origem de suas discriminações. História essa que sempre foi contada pelos homens e que agora passa a ser contada também pelas mulheres.

De acordo com Scott; Cordeiro (2006), as mulheres trabalhadoras sempre estiveram presentes nas lutas sociais do campo, porém, sua inserção propriamente dita é bem recente, datada principalmente nos anos 70 e início da década de 80. As primeiras iniciativas dessas organizações ocorreram no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, quando as mulheres lutaram contra a discriminação que as agricultoras sofriam para obterem os benefícios sociais, uma vez que elas eram tidas como dependentes dos maridos, companheiros, pais e não podiam sindicalizar-se, sendo chamadas “do lar”, sem profissão.

Neste contexto, os movimentos feministas foram os difusores das idéias de lutas pelos direitos sociais na luta pela igualdade entre homem e mulher: a licença à maternidade remunerada, a criação das delegacias de mulheres, o conselho da condição feminina nos níveis municipal, estadual e federal, a política de cotas nas candidaturas de mulheres, a participação das mulheres nas universidades. Uma das propostas apresentada na Constituição de 1988, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, foi a aposentadoria para homens com 60 anos e para mulheres com 55 anos. De acordo com Brumer (1999), após a prolongação da constituinte de 1988, uma nova caravana de trabalhadoras rurais levou a Brasília, em 1991, as representantes de 16 Estados, com a finalidade de reivindicar a regulamentação dos direitos sociais conquistados.

No Brasil, as mobilizações pela reforma agrária iniciaram no começo da década de 1960, período no qual os movimentos operários e camponeses foram ganhando forças. Todavia, levou vários anos para que o direito da mulher à terra fosse defendido em âmbito nacional como uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo. Na Constituição de 1988 as reivindicações das mulheres pelo direito à terra foram formalmente obtidas, tendo em vista que em relação às terras de reforma agrárias, através do artigo 189, era permitido o título de domicílio e a concessão de uso a homens e mulheres independente de seu estado civil.

Segundo Deere (2004), nas décadas de 1980 e 1990, a inclusão das mulheres na Reforma Agrária estava vinculada às razões ou argumentos propriamente ditos produtivista<sup>3</sup> e de empoderamento<sup>4</sup>. Dentro deste contexto, o MST tem sido o movimento social defensor mais eficaz dos direitos da mulher a terra. A autora ainda nos aponta que a reivindicação de título de propriedade de terra conjunta para casais no processo da Reforma Agrária somente é defendida em agosto de 2000, na maior manifestação nacional de mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha em Brasília, conhecida como a Marcha das Margaridas, foi coordenada pela comissão de Mulheres da CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em aliança com uma das organizações de mulheres autônoma, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e outros grupos, forçando assim o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a rever seus regulamentos.

As condições históricas das mulheres, impostas pela cultura machista, vinculadas a organicidade social e familiar, começa a ser rompida através de suas lutas e de sua organização. Neste processo, a pedagogia dos movimentos busca inseri-las num projeto de formação, a partir dos trabalhos de base, do aprofundamento do debate em torno de um projeto maior de transformação das estruturas sociais na perspectiva dos trabalhadores.

A partir da experiência e da luta das mulheres por autonomia e igualdade, vemos a necessidade de propor uma sociedade baseada em políticas de distribuição das riquezas e do trabalho. Precisamos lutar por isso a cada dia. Isso começa quando nos damos conta de que as mulheres podem e deve fazer escolhas, agir e transformar o mundo, como sujeitos, independentemente de suas famílias, como senhoras do seu corpo e suas vidas. Esse direito das mulheres é cotidianamente ameaçado e violado pela ordem social machista, racista e capitalista econômica e pessoal das mulheres com relação aos homens e à família para que elas possam começar a experimentar a autonomia e lutar por igualdade. Também a relação com o meio ambiente tem que mudar para que possamos construir

---

<sup>3</sup> Refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associada com o aumento do bem-estar da mulher e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem-estar de sua comunidade e sociedade. (DEERE, 2004)

<sup>4</sup> Reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres. (DEERE, 2004)

uma sociedade diferente. A natureza deve ser considerada um bem público compartilhado, e não uma coisa a ser patenteado, vendida e comprada. (SOF, AGRICULTURA NA SOCIEDADE DE MERCADO, 2006, p. 67)

A rebeldia das mulheres no século XX protagonizou muitas rupturas com o sistema preconceituoso e excludente no qual ainda vivemos. Neste contexto, ser mulher e militante dos movimentos sociais representou algo duplamente desafiador. Além disso, para conquistar os espaços públicos as mulheres preferiram a militância revolucionária com abolição das injustiças propagadas pelo sistema capitalista, ao invés do papel feminino que deveriam cumprir segundo a cultura da sociedade patriarcal conservadora.

## **2.2 A luta dos movimentos de mulheres autônomas no âmbito da pedagogia dos movimentos sociais**

Os movimentos sociais trazem para o pensar e o fazer educativo, para as teorias e práticas pedagógicas, a experiência de reeducar o processo de educação não formal e também formal, vinculado à dinâmica popular, como teoria e reflexão sobre a condição de vida dos sujeitos em movimento, a partir das suas dimensões e virtudes formadoras e deformadoras, do processo desumanizador presente na realidade social e da luta pela humanização presente nos movimentos de libertação. Isto requer repor a centralidade nos sujeitos em movimento, a partir da problematização do ser, do fazer e dos espaços de formação que vão construindo em suas lutas pela humanização, e, sobretudo, nos processos em que os oprimidos estão inseridos para a produção de sua existência material e simbólica.

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. (GRZYBOWKIS, 1987, p.59)

Desta forma, contextualizar a inserção das mulheres nos movimentos sociais implica em apreender também o movimento pedagógico de suas lutas, buscando refleti-las dialeticamente frente aos desafios que a questão de gênero e de classe nos coloca. Neste sentido, Paulo Freire nos mostra que a libertação do oprimido se constrói a partir de uma pedagogia do oprimido, construída com ele e não para ele, no sentido de compreender como ele se educa, como apreende, como se socializa e se forma como sujeitos social, cultural, cognitivo, ético e político. Nisto reside o potencial educativo dos movimentos sociais, como

processo de formação pedagógica, onde os sujeitos se educam através de seus movimentos culturais, sociais e políticos, bem como nas suas práticas de transformação social.

Há uma concepção de educação alternativa que acontece nos movimentos autônomos de mulheres como jeito de fazer a transformação, tendo em vista seu vínculo histórico com a luta de classes e com a educação popular. De acordo com Caldart (2004), são as vivências que formam os seres humanos, ao mesmo tempo, são os seres humanos que constroem as suas vivências e as relações sociais, dentro de um contexto que os condiciona.

Nos mulheres sentimos a vontade de fazer mudanças que passam não somente pelas questões, psicológicas, teóricas, mas acima de tudo pelo nosso corpo, pelo nosso sangue que corre nas veias. Saindo da submissão cultural e assumindo assim o nosso verdadeiro papel de ser humano, ser mulher, ser homem. (Inês Longo Possamai 2007)

Neste contexto histórico, podemos dizer que o movimento de mulheres autônomas se insere na pedagogia dos movimentos sociais como processo de recuperação e reconstrução do humanismo, o qual foi abolido pela tecnologia imperativa, onde, de acordo com Arroyo, (1999) os homens, mulheres e crianças tenham seus rostos, seu nome, sua história, sua diversidade de gênero, raça, idade e de formação. Como é forte ver os sujeitos de cabeça erguida, orgulhosos de sua condição, seguros dos direitos pelos quais lutam. Processo esse que é muito marcante nos movimentos sociais e que revela sua educabilidade.

Arroyo (2003) nos revela que nos anos de 1970 a 1980 os movimentos sociais constituíram-se como uma grande influência para a formação da consciência popular, como um mecanismo indispensável de reversão das desigualdades sociais, promovendo assim o empoderamento das mulheres e das meninas. Os processos educativos e lutas passam pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano teve ao longo de sua vida. Neste sentido, Arroyo (1999) nos mostra que é a experiência que nos marca é a experiência do trabalho, da produção, sendo o ato produtivo que nos produz como pessoas. O ser mulher, o ser homem não produzem apenas alimentos, roupas. Elas e eles se produzem no processo de produção, construindo-se assim sujeitos culturais. Os movimentos sociais buscam não apenas ver o campo como lugar de sobreviver, mas sim lugar de viver com dignidade de quem tem a sua identidade cultural, onde as pessoas possam morar, trabalhar, estudar, como espaço de vida própria.

Miguel Arroyo nos diz que entre a educação, trabalho e exclusão social têm dois olhares. Um, onde estão os excluídos oprimidos, no qual são negados seus direitos de uma política pública. Em outro, vemos as múltiplas mobilizações e lutas por direitos humanos, como processo de ações e manifestações coletivas.

Estar vinculado aos movimentos sociais não é tarefa fácil, pois é necessário desacomodação, comprometimento, luta, participação ativa, amor ao povo, seriedade, importar-se consigo mesmo e com os outros como princípios de transformação para a igualdade social. É um momento em que o ser humano ainda é capaz de indignar-se, como nos diz Paulo Freire. Através de seus escritos, a partir de sua vivência amorosa, de uma prática comprometida, ele nos convida a sermos práticos e teóricos, tendo uma imersão profunda com a realidade, com os oprimidos e despossuídos economicamente.

A pedagogia dos movimentos sociais reforça uma visão de mundo na perspectiva da vida. Desde a década de 1950, os movimentos vêm se organizando com mobilizações pelo empoderamento do povo como pedagogia política e social na luta pelos bens e serviços públicos que vão sendo exigidos como um direito no processo de reeducação política e cultural. Esta reeducação da cultura política tem tido um papel importante dos diversos movimentos sociais persistentes na América Latina..

A pedagogia dos movimentos sociais alicerça o processo de constituição de um paradigma que concebe o campo como espaço de vida e resistência a partir das demandas, lutas e experiências dos camponeses e camponesas, da expressividade dos saberes populares construídos na sua prática social. Nesta relação, a assunção da identidade dos povos do campo, identidade esta do ser mulher camponesa e ser homem camponês é essencial na luta pelo modelo de desenvolvimento sustentável que beneficia a sociedade como um todo e busca a construção de valores democráticos que promovem o desenvolvimento humano integral.

A igualdade de acesso à educação nos diferentes níveis, modalidades e espaços são essenciais para o desenvolvimento das lutas sociais, do desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. Contudo, a grande questão é que no Brasil, articulado com a desigualdade econômica e social, temos a desigualdade no acesso educacional. O desafio da mudança demanda um compromisso com a problematização do pensar-fazer pedagógico, com a construção de sujeitos com uma visão de mundo comprometida com a transformação dos seus próprios espaços, com a produção de conhecimentos necessários para nosso tempo histórico.

## CAPÍTULO III

### 3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS MULHERES EM SUA HISTÓRIA DE LUTA

A história das mulheres na sociedade se insere na história das sociedades, que em diferentes momentos, definem papéis sociais e econômicos a serem desempenhados de acordo com a necessidade de um determinado modo de produção, da cultura vigente e das relações de poder estabelecidas. Contudo, nesta história social, as mulheres não têm cumprido apenas o papel que lhes é designado. Pelo contrário, nas suas práticas cotidianas e através de suas organizações elas têm aprendido a arte da rebeldia, da resistência, e têm construído através de suas lutas e de seus sonhos uma outra história, com o rosto feminino, gerador de vida e esperança. Somos nós, mulheres, que geramos os filhos, mas a tarefa é bem maior que gerar filhos. É gerar a vida! Gerar a vida é irradiar a Esperança. É tornar o Sonho possível. “É construir com as nossas próprias mãos, uma nação de mulheres e homens livres e iguais”.



VII congresso de trabalhadoras e trabalhadores abril de 1998 em Brasília

(...) todo o trabalho de transformação, seja a dos movimentos populares seja a individual ou política, deve ter como ferramenta o desejo de modificar o mundo de maneira a que ele possa vir a coincidir com o nosso desejo de prazer. (MURARO; BOFF, 2005, p. 244)

A supremacia histórica do homem sobre a mulher se vincula aos processos de dominação social e cultural. Nesta perspectiva, Colling (2006) considera o homem e a mulher como criação e consequência de uma determinada estrutura de poder. De acordo com alguns escritos de Marx, isto significa que os povos humanos na sua relação de trabalho não produzem tão somente a vida material, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo um

conjunto de idéias e representações que se vinculam às suas condições de existências. Queremos ressaltar aqui a dialeticidade entre as dimensões objetivas da atividade humana e as dimensões subjetivas que podem contribuir para a transformação das condições reais objetivas.

### 3.1 Práticas adotadas no Processo de lutas e resistências

Neste contexto, ao analisarmos a história das mulheres, podemos perceber que elas eram possuidoras de um saber próprio que se transmitia de geração a geração. Elas eram vistas como a curandeira, a parteira, a melhor homeopata de seus tempos. Por estes saberes, na religiosidade cultural, as mulheres eram conhecidas pelo contato especial que tinham com a natureza e com os espíritos de outro mundo. Ou seja, estas mulheres eram chamadas de bruxas, que quer dizer sábias.

Neste longínquo passado, as tarefas femininas provavelmente possuíam mais valor do que as masculinas; porém, no mundo patriarcal, a situação se inverte, e trabalho da mulher, ainda que seja igual ao do homem, tende a ser menos valorizado, talvez mesmo por causa desta inutilidade “do homem numa sociedade em que não se conheça exatamente a sua função na procriação”.

Foram também as mulheres que descobriram a arte de plantar os grãos férteis que eram colhidos sazonalmente e começaram a plantá-los com as próprias mãos assim que isto se tornou necessário. Porque coleta requer um território muito grande para alimentar pouca gente, e plantar, embora muito mais fatigante, implica que um pequeno pedaço de terra possa alimentar muito mais gente. E foi assim que as mulheres se tornaram às primeiras horticulturas. (MURARO, 2002, p. 30)

A igreja iniciou a Inquisição contra as mulheres chamando-as de bruxas do mal. Isto perdurou muitos séculos, ocasionando a morte de muitas delas. Neste período, pregava-se a imaginação de um Deus masculino e guerreiro.

Com o nascimento do primeiro feminismo, pouco a pouco a questão feminina vai tomando corpo. Não com o mesmo ímpeto das organizações operárias, porém com mais profundidade e com obstáculo muito maior do que a classe trabalhadora enfrentou como um todo, as mulheres começam então as suas lutas específicas.

Aparentemente o apelo de Marx visava a erradicar apenas a sociedade de classe, mas o das mulheres ia muito mais além. O que elas reivindicavam era a supressão do patriarcado, muito mais antigo e mais profundo do que a sociedade de classe. (MURARO, 2002, p.133)

Com a revolução cultural “trazida pelo Renascimento”, houve um processo de mudança da sociedade ocidental, o que não significou a melhoria da vida das mulheres, dos pobres e dos sem terra. Pelo contrário, as mudanças beneficiaram as classes profissionais com

dinheiro, possibilitando a cruel exploração das mulheres, dos povos trabalhadores e dos recursos naturais em prol do lucro, bem como o processo de destruição da biodiversidade, prática esta de violência contra a humanidade. Fruto do capitalismo, esta é uma forma de violentar as mulheres e sua família, tornando-as vítimas e dependentes das multinacionais. A ganância histórica pelo lucro resultou numa sociedade dividida em classes sociais, fez com que as grandes potências, como foram o caso da Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, principalmente nos últimos cem anos liderassem uma política de guerra entre as nações, trazendo sérias conseqüências para a humanidade e para toda a vida do planeta. Neste contexto, a agricultura camponesa foi pensada como útil para a sociedade capitalista. Muito pouco se pensou nos homens e nas mulheres camponesas como sujeitos, nos seus sonhos, nas suas realidades e vontades.

Neste sistema, vinculado com o agronegócio e outras forças empresariais que tentam de todas as formas inibir as políticas sociais, concentrar renda, poder e conhecimento, o único modo de modificar a condição dos/as camponeses e camponesas como oprimidos/as é através das utopias coletivas, materializadas na organização e luta por objetivos comuns.

As lutas das mulheres vão além do acesso formal a direitos sociais, como nos afirmam Scott; Cordeiro (2006). Conjugam um eixo de reflexão que dizem respeito às suas vidas como mulheres trabalhadoras rurais, na divisão sexual do trabalho, na vida social, cultural, política e econômica. Para ter liberdade de ir e vir além da casa e dos sítios, manter o cuidado com os idosos, a casa e os filhos com ações coletivas para construir políticas revolucionárias.

As práticas de resistências das mulheres como pressuposto da capacidade de resistências da agricultura familiar baseiam-se na combinação e cultivo variado dos produtos, o que as leva a travar uma luta contra a ideologia do capital que está baseado na lógica da desigualdade social, na exploração do ser humano e dos recursos naturais.

As mulheres têm lutado pela igualdade de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como pela transformação social, e contra a violência para além do cotidiano do mundo privado, a qual é reproduzida através dos meios de comunicação social, nas relações sociais do trabalho. Este contexto nos expressou a importância de homens e mulheres estarem organizadas/os em movimentos sociais, num processo coletivo de estudo e análise, onde se questionam os hábitos, costumes dos antepassados propondo novas ações, novas relações, constituindo assim a construção de mudanças sociais e culturais na dinâmica do campo. É avaliando o modo de vida dos antepassados que poderam compreender melhor o conhecimento, o saber passado para as novas gerações, fruto de descobertas, da experiência, da sabedoria popular.

Este modo de vida, com seus valores, seus saberes, suas formas de compreender o mundo também precisa ser questionado e, muitas vezes, superado, pois ele traz as marcas de um modo de compreender as relações sociais entre as mulheres e os homens, os papéis que são definidos em cada época histórica e se materializam no que é proibido ou permitido, no que cabe a cada um dentro da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é uma questão bem complexa devido às tarefas exercidas e definidas pela sociedade que competem ao homem e a mulher. Segundo Torrens (2000), no caso das mulheres observa-se que elas se fazem presentes em todas as atividades do estabelecimento rural. A sua atuação é predominante no espaço da casa, mas deve-se ressaltar a importância que ocupam nas demais atividades como a lavoura e a criação, vistas geralmente como ajuda para a reprodução da força de trabalho.

Neste contexto, um dos problemas enfrentados pelas agricultoras é a dupla jornada de trabalho, que fica bem visível nas desigualdades que as mulheres enfrentam na distribuição de tarefas, no acúmulo dos serviços na casa com a produção e o trabalho na comunidade.

Cabe destacar que, onde há atividades das mulheres relacionadas à renda para a família, elas são consideradas como ajuda. A partir do momento em que estas atividades começam a dar lucro, cabe ao homem a tarefa de decisão relativa à comercialização. Isto fica evidenciado na questão do leite na região Sudoeste do Paraná, bem como em outras regiões, principalmente quando o leite é destinado para a comercialização e passa a ser uma das principais fontes de renda. Poucas mulheres administram o dinheiro do leite com seu olhar, sua lógica, incluindo seus projetos de vida. Amada Cesca completa dizendo que quando o marido e os filhos aceitavam sua opção de luta era motivo de gozação pela comunidade, porque eles colaboravam com o trabalho doméstico.

A sociedade, ainda, de culturas machistas, patriarcais, não vê com bons olhos a atuação dos homens nos serviços do lar e cuidado dos filhos. Muitos ainda acham que é o homem quem deve decidir tudo a respeito da propriedade rural, cabendo à mulher apenas aceitar essas decisões. (RAFAGNIN, 2005, p. 28)

O movimento de mulheres autônomas em todo o país vem, através de suas práticas, desenvolvendo um trabalho de reeducação das ações, começando por discutir na família o que, como e para quem produzir, principalmente, em relação ao que comemos e cultivamos. Um exemplo é a discussão das sementes crioulas, assumida pelas mulheres como geração de vida, cultivo de outras espécies e preservação da biodiversidade. Segundo Muraro (1991), podemos observar que há uma relação muito íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a

natureza. Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso, essa sensibilidade é a harmonia que as mulheres carregam em relação à natureza.

A constituição dos movimentos sociais permitiu a luta e algumas conquistas no sentido universal de justiça e do reconhecimento da diversidade e das diferenças que compõem homens e mulheres no decorrer de suas necessidades específicas. Neste sentido, importa às mulheres discutirem medidas centrais, no âmbito das políticas de gênero, para enfrentar as discriminações raciais, étnicas, de gênero e de classe.

Elas lutaram pela transformação das atividades penosas e as conseqüências da dupla jornada de trabalho através de estudo sob a ótica de gênero, mais recentemente no sistema de saúde pública, na moradia, no bem-estar social, estabelecendo parcerias com as centrais sindicais, ONG's e secretarias governamentais, buscando políticas de combate à pobreza, à violência, à discriminação sexual e racial, em prol da transformação da realidade social e contra a desigualdade entre homens e mulheres.

Elas entenderam que para superar esta política e combater as desigualdades sociais foi e é necessário compreender suas causas, romper com o silêncio e organizar-se coletivamente para o reconhecimento de sua participação na concepção da vida. As práticas de ações relacionadas às políticas, onde se estimula a geração de novas relações de renda e o fim da precariedade, do assédio sexual e moral no trabalho e nos espaços de lazer e diversão. Segundo Amada Cesca, as lutas foram muitas nas questões de mudanças da cultura social atribuídas às mulheres, combatendo aos preconceitos e o racismo, a discriminação e a exclusão.

Neste processo de desenvolvimento de uma consciência política, uma questão fundamental passa pela percepção da mulher de que as relações de gênero não são naturais, mas construídas historicamente e que a violência contra a mulher é reproduzida através da desigualdade. Outra dimensão importante passa pela organização das mulheres, permitindo a elas a capacidade de reação coletiva, aglutinação de forças para superar as desigualdades de gênero tanto na produção material da vida como na produção da cultura que se vincula a ela.

Recentemente as mulheres de todo o país se organizaram nos dias 21 e 22 de agosto, em Brasília, na Marcha das Margaridas 2007, reafirmando o lema: duas mil e sete razões para marchar e discutir temas centrais como soberania e segurança alimentar e nutricional, a questão da terra, da água e da agroecologia, o trabalho e a renda no campo, a economia solidária, entre outros. É importante situar que esta luta das mulheres se insere numa luta mais ampla, contra o capital internacional e pela soberania alimentar. Tendo como eixo a luta contra a pobreza, a exclusão e a violência contra a mulher, em 2000 iniciou-se, em nível

mundial, uma ampla articulação internacional do movimento de mulheres, chamada de marcha mundial das mulheres - MMM.

A partir da MMM foi possível retornar uma ampla mobilização das mulheres que recolocou a questão de classe como fundamental. Isso significa que temos combinado a luta anticapitalista com a luta contra a desigualdade de gênero. A partir daí, identificamos em nosso continente a luta pelo não pagamento da dívida externa, contra a ALCA e contra a militarização como fundamentais para construirmos uma América Latina soberana e com um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades humanas em posição a ganância do mercado. (SOF, 2005, p. 21)

Olhando historicamente as lutas do povo na sociedade capitalista, percebemos que a mudança estrutural sempre se deu pela força organizada que exigia o surgimento de novas leis como garantia temporária e parcial das conquistas. (Revista Cambota Assesoar outubro, 2006)

### 3.2 A Formação da mulher na luta social



Mobilização de mulheres trabalhadoras agosto 2007 em Brasília na Marcha das Margaridas

As mulheres do mundo inteiro viraram o mundo de cabeça para baixo, desistindo do seu papel de coadjuvantes para fazerem parte do elenco principal, reivindicando igualdade ao sexo masculino (Colling, 2006). Este movimento foi tão radical que Perry Anderson, reconhecido intelectual britânico, referindo-se ao século XX, disse que a grande revolução deste século não foi o marxismo, mas foi o feminismo.

No século XIX, a mulher inicia sua participação em vários ramos de trabalho, como nos afirma Colling (2006). Contudo, nenhuma das atividades que a mulher assumiu no

mundo do trabalho eliminou sua responsabilidade pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos, assim como não promoveu a valorização do trabalho doméstico.

Há bem pouco tempo muitas mulheres se deram conta de que o movimento feminista é o responsável pelas inúmeras conquistas. Estas mulheres acreditaram nos debates e nas lutas por mudanças no contexto social patriarcal e capitalista.

De fato, participamos cada vez mais em espaços de convergências e articulações. Em nosso continente, estamos envolvidas como mulheres em várias ações (...), mas levamos para esse espaço o debate concreto da situação das mulheres, que inclui o tema da violência. Não vamos conseguir a erradicação da violência sem mudanças estruturais, sem mudanças culturais e se não conseguimos que o conjunto dos movimentos sociais incorpore esta luta, até que a sociedade considere inaceitável a violência contra as mulheres. (NOBRE; FARIAS; SILVEIRA, 2005, p. 29)

Por estes motivos é que são necessárias ações, especialmente nas políticas públicas, como correção de séculos de opressão e desigualdades entre masculino e o feminino. Amada Cesca frisou que devemos nos conscientizar, pois nada aconteceu por acaso, nada é natural, mas tudo se constrói através de muitas lutas na esfera do coletivo, do debate na esfera educativa voltada para a realidade dos camponeses/as, de modo a viabilizar a formação de sujeitos críticos como forma expressiva de ações, para além de um belo espetáculo de emancipação feminina. Colling (2006) revela que o empoderamento feminino é de suma importância para a inclusão social das mulheres. Esta inclusão passa pela sua capacitação, por geração de emprego e de renda, mas, principalmente, pela compreensão da importância e do papel da rede discursiva em que as mulheres e os demais sujeitos foram representados.

Segundo Rafagnin (2005), a condição das mulheres serem historicamente discriminadas, exploradas e oprimidas, começa a ser rompida, abrindo caminhos para a autonomia política, social e econômica. Neste sentido, os desafios ainda são grandes, quando observamos as nuances de representações reais quanto à ocupação e a vivência das trabalhadoras nos postos de mando, tendo em vista que ainda é rara a presença das mulheres nos cargos de maior poder na hierarquia, bem com na presidência das entidades e movimentos sociais, nas diretorias dos espaços públicos, como nos componentes fortes da ideologia patriarcal que se expressa na forma estrutural de poder, especificamente nos sindicatos.

De acordo com dados do último censo do IBGE 2004 as mulheres representam mais da metade da população brasileira. E constituem, aproximadamente, 42% do mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de 1/3 das famílias no Brasil. Mesmo com o grande crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de

trabalhadoras chefes de família é o seu destaque profissional em várias categorias. (RAFAGNIN, 2005, p. 22)

Historicamente vem se demonstrando que as mulheres estão lutando cada vez mais pela igualdade social entre homens e mulheres; a inserção da mulher no mercado de trabalho implicou diferentes estratégias de conhecimento para promover o seu acesso às novas tecnologias informais. Além disso, as mulheres constituíram um novo ponto de debates sobre as questões de gênero.

Muito já se conquistou, porém, há uma luta muito grande que precisa ser construída no processo coletivo, como organicidade dos movimentos sociais nas esferas públicas, de modo a contribuir com a constituição de uma nova sociedade.

A participação política das mulheres na sociedade vem conquistando o direito de participação, através da abertura de espaços nas decisões da família, nas organizações de cunho social e educacional, nas cooperativas, nos partidos políticos. Rafagnin (2005) nos afirma que apesar destas conquistas a sociedade brasileira ainda mantém os traços do modelo patriarcal, que se revelam cotidianamente, nos locais de trabalho e nos movimentos sociais, travados pela divisão sexual de trabalho, pelas barreiras ao acesso, permanência e promoção no emprego, como oportunidades e acesso aos setores qualificados, as direções e cargos hierarquicamente superiores. Tais desigualdades representam também, o diferencial de remuneração entre homens e mulheres.

Escrever a história das mulheres requer chocar-se contra um processo de lutas para a representação da história até então camuflada por muitos séculos. Neste sentido, somente a organização coletiva das mulheres trabalhadoras conscientizadas pode vir a transformar a realidade cultural machista hegemônica por uma utopia ideológica, social, igualitária de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dados coletados a partir das referências bibliográficas consultadas e dos dados empíricos coletados, considera-se que as mulheres vinculadas aos movimentos autônomos de mulheres demonstram ser conscientes do processo de formação, identificando-se como categoria camponesa indignada diante da expansão do capitalismo e de seus impactos sobre o trabalho da mulher e da classe trabalhadora. Elas demonstram através de suas lutas que ainda é possível resistirem contra a hegemonia da cultura de massa.

O que se pode observar é que apesar dos avanços e das conquistas no campo dos direitos, de uma participação mais efetiva da mulher no espaço público, fruto em grande parte de sua organização e inserção nos movimentos sociais, a mulher ainda enfrenta a discriminação, a divisão sexual do trabalho e uma visão moralista da sociedade patriarcal. Além disso, ela continua sendo vítima da violência, a qual é cometida muitas vezes por pessoas próximas. A violência sexista afeta todas as mulheres e meninas, mas as mais vulneráveis são as que vivem em situação de precariedade absoluta, consideradas a cara da pobreza no Brasil.

Na região do Sudoeste do Paraná, em específico em Francisco Beltrão as relações de gênero ainda precisam ser reconstruídas enquanto lógica de vida a partir do princípio da igualdade de direito, tendo em vista que apesar de vivemos durante alguns anos a iniciativa da discussão de gênero, que introduziu novas ações e novas posturas da mulher camponesa frente ao direito e a sua participação na família, no movimento social e na sociedade, muitas práticas sexistas ainda são mantidas. Isto evidencia que a questão de gênero ainda precisa ser enfrentada na dinâmica camponesa ao lado da dimensão de classe.

As mulheres, num primeiro momento, organizaram-se na região e participaram nos movimentos sindicais combativos, onde levantaram suas bandeiras de lutas vinculadas aos direitos sociais. A organização e aquisição de muitos direitos e benefícios deram-se em função da oposição sindicais que mudaram a atuação do sindicalismo e direcionaram para uma nova atuação da agricultura familiar da região Sudoeste do Paraná.

Fica evidente o avanço a partir da participação da mulher no espaço sindical. Contudo, percebe-se que falta uma apropriação do conhecimento, na lógica do feminismo nas relações sociais. A maior dificuldade está em como encarar a vida que perpassa a totalidade das relações entre homens e mulheres, no sentido de romper com uma cultura que a sociedade construiu e impôs. O grande desafio é conscientizar as mulheres e os homens para além de seus direitos, permitindo a formação política bem como o rompimento com o trabalho

assistencialista da APMI presente na comunidade, e criar espaços de participação e construção de uma identidade política de mulher camponesa através de ações que permitam construir a conscientização e a organização das mulheres de forma emancipatória, bem como aprofundar o debate sobre o feminino e o masculino no mundo do trabalho, da família e da luta social.

Pode-se evidenciar através desta pesquisas que apesar de muitos avanços há pouca participação feminina nas entidades de cunho organizativo como sindicatos, cooperativas, associações. Vale ressaltar que o trabalho de ampliação da participação das mulheres perpassa pela sua conscientização e da de sua família, principalmente dos dirigentes sindicais e das entidades organizativas. Cabe destacar também que a agricultura familiar se fortalece no enfrentamento de um projeto hegemônico quando a mulher está organizada e consciente da importância da sua atuação na sociedade.

A construção de uma identidade política das mulheres no processo organizativo fica bem evidenciada nesta pesquisa. Há uma pedagogia dos movimentos, construída na luta social que se constitui como formadora da consciência política e organizativa das mulheres. Contudo, esta identidade política como mulher camponesa inserida na lutas sociais, precisa ser compreendida dentro de um contexto que reproduz cotidianamente a divisão sexual do trabalho e os valores sexista, como estratégias de manutenção de uma sociedade patriarcal e capitalista. Desse modo, a identidade política é construída dentro de uma sociedade contraditória, de disputa de interesses, e de uma determinada visão de mundo sobre o espaço e o papel dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

Neste sentido, acreditamos que a história das mulheres, escrita e contada neste momento histórico, é capaz de nos apontar questões, possibilidades, caminhos que precisam ser resignificados, reescritos e vividos, para que possamos viver com mais dignidade, com mais justiça, com relações que incluam a diversidade cultural, enfim, conscientizar para a humanidade social.

Com este estudo, espera-se poder contribuir nas reflexões das organizações sociais principalmente na reorganização das mulheres de Francisco Beltrão, bem como retomar e aprofundar a questão de gênero, como ponto de partida no processo do trabalho popular com as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANMTR, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Primeiro Encontro Nacional** 1995. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 1997. Mimeo.

ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n 2.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia em Movimento - o que temos que aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo Sem Fronteiras. Mina Gerais v 3, n.1, p 28-49, Janeiro/Junho 2003. <http://lpp-uerj. Net/ alped/ documento/ 1169-pdj>.

ASSESOAR. **Revista Cambota**, ANO XXXII. N 258. Francisco Beltrão-PR, 2006.

BENJAMIN, César, CALDRT, R. S. **Projeto Popular e Escola do Campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n 3.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais – Chapecó /SC. In: **CONGRESSO DA ASSOCIACAO LATINA-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL**, 6, 25 a 29 nov. 2002, Porto Alegre. Anais... Mimeo.

BONIN, A. M. **Movimento Social no Campo**. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná/Edição Criar, 1987.

BORDALO, Caroline de A. **Para além do “gênero”: uma reflexão sobre os movimentos de mulheres no campo**. Acesso em outubro de 2007. Disponível em: [http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Caroline\\_Araujo\\_Bordalo.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Caroline_Araujo_Bordalo.pdf)

CALDART, Roseli, Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COLLING, Ana Maria. **Relações de Poder, Gênero, Etnia e Geração**. Francisco Beltrão. 2006. Aula realizada no curso de cooperativismo Francisco Beltrão 13 de dezembro de 2006.

CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife, ed. da UFPE, 2006.

DEERE, Carne Diana. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos a terra e movimentos sociais rurais. n. 18, p. 112-146, 2002. [Try Google].

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. Vol. 12, n 1, 2004.

DUARTE, Valdir. P. **Escolas Públicas no Campo: Problemática e Perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roça**, Francisco Beltrão, Paraná: ASSESOAR, 2203. 140p.

ESTUDOS FEMINISTAS / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. – v. 7, n 1-2, (1999). Florianópolis: UFSC, 1999.

EVANGELISTA, Clara. **Gênero, Classe e Raça: Dimensões indissociáveis para explicar a opressão e discriminação existente em nossa sociedade**. Brasília 08 de Agosto de 1999. Ariquemas/RO, 13 a 15 de Agosto de 1999.

FARIA, Nalu, et al. **A Produção do Viver: SOF Sempre Viva Organização Feminista**. 7 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.319p.

FAZ CIÊNCIAS: **Revista de Ciências Humanas**/Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão –v.1 – n. 1 (1997-) – Francisco Beltrão: Prefeitura de Francisco Beltrão, 1997 – Anual.

FERRARO, Alceu Ravello e RIBEIRO, Marlene. **Movimentos Sociais**. Pelotas: Educat, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GEBARA, Ivone. **Cultura e Relação de Gênero**. São Paulo, CEPIS, 2002. 92p.

GIOVANRI, Júlia Di (org) et al. **Agricultura na Sociedade de Mercado: As Mulheres Dizem não à Tirania do Livre Comercio**. São Paulo: SOF, 2006. 48 p.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: **A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

\_\_\_\_\_, I, Z. 1957: **A Revolta dos Posseiros**. 3 ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1991

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórico da Posse de Terras no Sudoeste do Paranaense**. 3 edição. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão S. A, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica pré-capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1975.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 8 ed, Rio de Janeiro: ROSA DOS TEMPOS, 2002, 240p.

\_\_\_\_\_, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminina e Masculino, uma vez consciências para o encontro das diferenças**: Editora Sextante, 2005.

MINAYO, Maria C. de Souza. (org) et al. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MST. **As Mulheres e o Desenvolvimento do Capitalismo no Campo: Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!** Disponível em: <http://www.mst.org.br/mstpr>.

KEHL, Maria Rita. **Mulheres Sindicalistas**. 1993, 03 p Disponível em: <<http://www.fpabrano.org.br>.> Acesso em 29 de Agosto. 2005.

NAGEL, Ernest. Et. Al. **Filosofia da Ciência**. 2 edição. São Paulo: Cultrix, 1957.

NOBRE, Miram (org) et al. **A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2003. 104p.

NOBRE, Miriam; FARIAS, Nalu; SILVEIRA, M.L. SOF- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates**. SOF: São Paulo, 2005. 70 p.

PABLO, Gentili; GALDÊNCIO, Frigotto. (orgs). **A Cidadania Negada. Política de Exclusão na Educação é no Trabalho – 3 ed – São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2007.**

RAFAGNIN, Luciana, Guzela. **As Mulheres e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão: Um Estudo de caso**. Monografia Apresentada – FACINTER, Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba – 2005.

SCHERER- WARREN, Ilse,. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongoiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 – (Coleção Brasil Urgente).**

SOF (Ed). **Agricultura na Sociedade de Mercado: as mulheres dizem não à tirania do livre comércio**. São Paulo, 2006. 48 p.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **Classe Operária em Dois Sexos - São Paulo, Editora brasiliense, 1991.**

TRIBILI, Alessandra (org) et al. **Feminismo e Lutas das Mulheres: ANÁLISE E DEBATES**. SOF. São Paulo, 2005. 70 p.